

Análise das Interações da Audiência Pública da CAS sobre o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (PL 2.294/2024) – 03/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **149 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em 03/09/2025, sobre os Impactos do Exame Nacional de Proficiência em Medicina na formação médica e no papel do Conselho Federal de Medicina – CFM -, previsto no PL 2.294/2024. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação do projeto de lei que propõe a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 149

Temas principais:

- 1. Qualidade da Formação e Segurança do Paciente (42%):** A maioria das participações demonstra preocupação com a qualidade da formação médica e a segurança dos pacientes. Cidadãos de diversas partes do país apoiam a implementação do exame como uma ferramenta para assegurar um padrão mínimo de competência e conhecimento entre os recém-formados. A percepção é que a proliferação de cursos de medicina, muitos sem a estrutura adequada, como hospitais-escola, tem resultado em profissionais despreparados, gerando

riscos à população. O exame é visto, por este grupo, como um filtro necessário para garantir que apenas médicos aptos ingressem no mercado de trabalho.

Exemplo: *"O impacto será positivo, pois existem médicos que não sabem nem fazer um diagnóstico pelo RX. A sociedade só tem a ganhar com esse exame!"*
(Ana P. - SP)

2. Estrutura e Foco da Avaliação (24%): As características e o conteúdo do exame de proficiência foram o segundo tema mais abordado. Os cidadãos questionam se a avaliação será puramente teórica ou se incluirá também testes de habilidades práticas e clínicas, consideradas essenciais para o bom exercício da medicina. Há um temor de que o exame se torne apenas uma prova de memorização, não refletindo a real capacidade do profissional em situações cotidianas. Questões sobre a periodicidade, o formato (presencial, online ou híbrido) e a validade do exame também foram levantadas.

Exemplo: *"Como garantir que o exame avalie competências práticas e humanísticas essenciais, e não apenas o conhecimento teórico memorizado?"*
(André L. - RS)

3. Impactos Financeiros e Sociais para os Estudantes (16%): As preocupações com os custos e as barreiras que o exame pode impor aos estudantes de medicina, especialmente os de baixa renda, foram um tema de destaque. Os participantes questionam sobre a gratuidade do exame e a existência de políticas de apoio para aqueles que precisarem realizar a prova múltiplas vezes. O impacto financeiro em estudantes que já arcaram com altas mensalidades e financiamentos estudantis, como o FIES, é uma grande inquietação.

Exemplo: *"Haverá políticas de apoio para estudantes de baixa renda que precisarem fazer ou refazer o exame várias vezes até obter aprovação?"* (Emilly S. - PB)

4. Responsabilização das Instituições e do MEC (12%): A responsabilidade das instituições de ensino na formação dos futuros médicos foi abordada na maior parte dos comentários. Muitos cidadãos argumentam que o exame penaliza o estudante, transferindo para ele a culpa por uma formação deficiente, enquanto as

faculdades com baixa qualidade de ensino não são devidamente fiscalizadas e responsabilizadas. Sugere-se que, em vez de focar apenas em uma avaliação final, o Ministério da Educação (MEC) deveria intensificar a fiscalização e a regulação dos cursos de medicina.

Exemplo: "A avaliação mais rígida das faculdades, para que tivessem níveis de excelência de ensino maiores, não seria também uma boa aliada ao exame?"
(Alicia K. - BA)

5. Papel do CFM e Governança do Exame (6%): As participações questionaram o papel do Conselho Federal de Medicina (CFM) na aplicação e fiscalização do exame. Há um debate sobre se o CFM seria o órgão mais adequado para essa função ou se a responsabilidade deveria ser do MEC. A necessidade de transparência e de mecanismos de controle para evitar conflitos de interesse na aplicação da prova também foi apontada como um ponto crucial para a legitimidade do processo.

Exemplo: "Temos órgãos INEP/MEC adequados para a formulação e execução desse processo e não o CFM/CRM. Gostaria que essa discussão fosse pauta."
(Adilson D. - SP)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma sociedade dividida sobre a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina. O debate centralizou-se na tensão entre a percepção do exame como um filtro necessário para garantir a qualidade da formação médica e a segurança da população, e o temor de que ele se torne uma barreira financeira e social que penaliza o estudante sem responsabilizar as instituições de ensino pela má formação. As preocupações com a estrutura da avaliação, os custos para os estudantes e o papel fiscalizador do MEC foram temas recorrentes, evidenciando a complexidade da proposta e a necessidade de aprimoramento.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35411>.